

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Lilian Vanin Martins

RESSIGNIFICANDO O PPP A PARTIR DE UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA
INCLUSIVA

Porto Alegre

2015

Lilian Vanin Martins

RESSIGNIFICANDO O PPP A PARTIR DE UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA
INCLUSIVA

Trabalho de Conclusão desenvolvido no âmbito da Sala Ambiente Projeto Vivencial, do Curso de Especialização em Gestão Escolar, na modalidade a distância, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Professor(a) orientadora: Isabel Medeiros

Porto Alegre

2015

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso - TCC pretende apresentar o processo de elaboração democrática do trabalho de intervenção numa escola da rede pública de educação do município de Alvorada, tendo como foco a inclusão escolar. Esta foi a atividade central da sala Projeto Vivencial do Curso de Especialização em Gestão Escolar, ofertado pela Escola de Gestores MEC/UFRGS. Propõe mostrar as etapas de elaboração, a forma como se estabeleceu o diálogo entre a comunidade e a instituição na busca de aliar o desejo ao previsto na legislação.

O tema Inclusão Escolar tornou-se o foco principal devido ao ingresso de diversos alunos com diferentes deficiências em nossa escola e não termos no Projeto Político pedagógico - PPP a regulamentação de ações específicas para o trabalho com esses alunos. E, este assunto, inclusão escolar, circula no cotidiano escolar, visto que está inserido nas relações intrapessoais, no pensar dos currículos adaptados, nos manejos para cada situação nova, na aceitação das diferenças e principalmente na divulgação do direito público subjetivo de cada cidadão em relação à educação, já que as principais funções da escola são cuidar e educar.

Esse processo esteve amparado em diversas leituras de autores que pensam e teorizam sobre os assuntos abordados, entre eles podemos citar Freire, 2000; Gadotti, 2001; Arroyo, 2013; Vasconcellos, 2004; Lima E. S 2002; Candau, 2003; além da Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A metodologia utilizada durante o trabalho foi a da Pesquisa Ação, a qual proporciona a participação do pesquisador como agente da pesquisa, oportunizando que este interaja e participe da transformação da realidade. O desenvolvimento desta proposta contou com vários momentos de encontro entre todos os segmentos da comunidade escolar, muito estudo, discussão, trocas, escuta e participação.

O principal objetivo desse trabalho foi divulgar e fazer valer o direito à educação de qualidade para todos os alunos inseridos na escola, considerando suas limitações ou necessidades.

Entre os desafios encontrados, o mais marcante e difícil durante processo foi a resistência do grupo docente em acolher o trabalho com os alunos deficientes.

Palavras Chaves: Gestão Democrática. Inclusão Escolar.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	5
2.REFERENCIALTEÓRICO	9
3.METODOLOGIA	15
4.AÇÕES ANALISADAS	17
5. ALGUMA CONSIDERAÇÕES.....	21
6.REFERÊNCIAS	23

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso - TCC traz a intervenção realizada numa escola do município de Alvorada, a qual atualmente atende turmas da educação infantil ao 5º ano, tendo como sua mantenedora a Secretaria Municipal de Educação de Alvorada.

A comunidade atendida pela escola tem como característica ser composta por moradores de suas redondezas, então são alunos filhos e netos de antigos alunos. Por isso a comunidade reconhece a escola como um espaço que referenda valores construídos e ressignificados pela própria comunidade com a chegada das novas gerações que costumam ouvir seus pais e avós chamarem carinhosamente a escola de “coléginho”.

A maioria das famílias é formada por pai e mãe que trabalham fora e necessitam deixar os filhos em creches no período inverso ao da escola. Outros pais possuem emprego informal e buscam o Programa Mais Educação, oferecido pela própria escola, para aumentar o tempo de permanência dos filhos na escola. Também convivemos com a realidade de termos próximo à escola pontos de tráfico de drogas, o que não inibe nosso trabalho em relação a esse assunto e sentimos que há respeito dos traficantes ao espaço da escola e seu horário de atendimento, visto que são ex-alunos e sabem da importância e da valorização da comunidade em relação a esta entidade de ensino.

Esta escola apresenta a preocupação com a inclusão de alunos com deficiência e se caracteriza dentro da rede municipal como uma escola acolhedora e comprometida com esse trabalho, sendo assim, temos 22 alunos considerados alunos de inclusão e estamos empenhadas em promover o atendimento adequado aos mesmos.

É uma escola considerada de porte pequeno e atende por volta de 470 alunos, o que facilita o reconhecimento dos mesmos e também de seus familiares aproximando o vínculo da escola com a comunidade. A equipe gestora é formada pela diretora, duas vices diretoras e uma orientadora, ainda conta com um grupo de 30 professoras e 8 funcionárias.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola foi um marco histórico para toda a rede municipal de Alvorada. Em 1997 a Secretaria de Educação apresentou um projeto “Escola Cidadã” quando toda a rede foi convidada a discutir sobre as fragilidades encontradas no âmbito da educação do município e possibilitou

através de debates, formações e contato direto de assessores desta secretaria dentro da escola.

Em 1998, consolidou-se o Projeto Constituinte Escolar que propiciou momentos de reflexão, debates, discussões e vivências junto às comunidades escolares em torno de quatro eixos temáticos: Gestão Democrática, Avaliação, Organização Curricular e Princípios de Convivência.

Os trabalhos foram desenvolvidos em etapas organizadas em grupos nos quais participaram representantes de toda a comunidade escolar. Desses encontros resultaram os princípios de cada eixo temático.

Após socialização e sistematização dos princípios comuns e não comuns representantes da SMED, coordenadores relatores escolhidos nos encontros reuniram-se para elaboração da redação final do trabalho que culminou numa cartilha “Princípios da Escola Cidadã” e foi distribuída para toda comunidade escolar.

A partir dessa caminhada as escolas mobilizaram-se para a construção do PPP e do Regimento Escolar de cada entidade de ensino, tendo como princípios norteadores os apontados no Congresso Constituinte de 1998. Também foram oportunizadas formações com teóricos como Rubem Alves, Sílvio Rocha, Vitor Henrique Paro e Celso Vasconcellos para a discussão sobre a Gestão Democrática dentro das escolas.

Tive a oportunidade de participar ativamente deste processo e poder contribuir para formar os princípios que hoje são defendidos na escola em que atuo. Penso que esse movimento de democratização escolar possibilitou o avanço em várias questões práticas, onde antes pesava sobre uma pessoa, a direção, as decisões necessárias e hoje todos compartilham dos problemas e dos sucessos da escola. Consta-se um sentimento de pertencimento e responsabilidade de todos com o desenrolar do ano letivo. Sabemos que o cotidiano escolar é dinâmico e em muitas situações não há tempo para discutir decisões e isso cabe à direção, mas é muito mais fácil quando se tem um ponto norteador (PPP) que orienta e embasa essas decisões. Também é muito menos pesado compartilhar tarefas e preocupações, pois o fazer pedagógico e administrativo não fica restrito a práticas solitárias e são enriquecidas com diferentes visões apontadas por representantes dos diferentes segmentos escolares.

Acredito que para significar os princípios da gestão democrática é necessário uma prática ancorada na comunicação clara e direta. É a partir do diálogo entre as pessoas, das trocas de ideias, das sugestões que acontecem as resoluções para os problemas e os conflitos. Pois assim teremos o envolvimento coletivo com o qual as pessoas desenvolvem além do sentimento de pertencimento, o comprometimento com espaço escolar. Também aprendem e praticam um novo modo de administrar a realidade, compartilhando o “poder de decisão” de forma igualitária onde a opinião de cada um é importante e tem o mesmo valor.

A gestão democrática além do espaço para a participação nas decisões, envolve também espaço de atuação das pessoas na execução dessas decisões e da

fiscalização de sua eficiência e transparência, tendo como função não só o poder de representação mas o poder da legitimidade.

Entrevistando professores, funcionários e pais, que participaram do processo de construção do PPP, as falas são muito próximas e apontam que ficam orgulhosos de ver em práticas concretas as suas sugestões se tornarem rotina na escola, o que antes parecia impossível, ou seja, muitos decidirem os rumos da escola tornou-se regra e “regra que funciona”. Relataram que para esses novos alunos que hoje estão inseridos nesse contexto é comum o ato de opinar, reclamar e sentir-se parte integrante da escola não se dão conta que nem sempre foi assim.

Por isso acredito que a partir da construção do PPP efetivou-se a gestão democrática dentro da escola.

E as mudanças que se tornam necessárias acabam acontecendo de forma natural sem data ou hora marcada. Sempre que algo novo se incorpora no cotidiano escolar ou influência nas leis que regem o ensino público é feito o movimento de estudo e registro no PPP.

Assim não ficamos presos a um documento para que as coisas aconteçam, mas usamos este como facilitador para a construção da escola dos sonhos.

Nossa escola vem provocando discussões a respeito da atualização do PPP, procurando envolver todos os segmentos. Estivemos dedicadas ao estudo do PPP em 2013 para incluir o conteúdo referente às mudanças na lei sobre a progressão continuada do 1º ao 3º ano indicadas pelo Pacto Nacional Pela Alfabetização Na Idade Certa. Nesse momento a equipe diretiva fez as considerações solicitadas pela SMED, envolvendo apenas os segmentos do Conselho Escolar por limitação do tempo hábil de conclusão do trabalho proposto.

Atualmente revisando o PPP constatamos que são necessárias novas considerações que são importantes e se tornaram parte da rotina escolar, tais como: atendimento aos alunos de inclusão, trabalho realizado com a educação infantil, acréscimo dos projetos Mais Educação e Fazendo Arte Na Escola.

O foco foi a atualização do PPP, possibilitando assim a inserção de novos aspectos e temas que sejam relevantes ao trabalho administrativo e pedagógico da escola. Alguns assuntos foram ganhando espaço no cotidiano escolar e tornou-se necessário pensá-los coletivamente e incluí-los no PPP, são eles o trabalho com o turno integral (programa Mais Educação), Educação Infantil e trabalho de inclusão dos alunos com deficiência. Tais assuntos circulam pelas reuniões pedagógicas que têm por caráter a formação continuada dos professores, nas reuniões do Conselho Escolar, nas reuniões gerais com a comunidade escolar, nos Conselhos de Classes Participativos e reuniões internas da equipe diretiva.

O aspecto escolhido para desenvolver o projeto de intervenção foi o trabalho de inclusão com alunos deficientes, visto que é uma proposta que desafia o grupo pelo número crescente desses alunos acolhidos pela escola nos últimos anos.

O tema Inclusão Escolar tornou-se o foco principal devido ao ingresso de diversos alunos com diferentes deficiências em nossa escola e não termos no PPP a regulamentação de ações específicas para o trabalho com esses alunos. E, este assunto, inclusão escolar, circula no cotidiano escolar, visto que está inserido nas relações intrapessoais, no pensar dos currículos adaptados, nos manejos para cada situação nova, na aceitação das diferenças e principalmente na divulgação do direito público subjetivo de cada cidadão em relação à educação, já que as principais funções da escola são cuidar e educar.

Esse processo esteve amparado em diversas leituras de autores que pensam e teorizam sobre os assuntos abordados, entre eles podemos citar Freire, 2000; Gadotti, 2001; Arroyo, 2013; Vasconcellos, 2004; Lima E. S 2002; Candau, 2003; além da Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A metodologia utilizada durante o trabalho foi a da Pesquisa Ação, a qual proporciona a participação do pesquisador como agente da pesquisa, oportunizando que este interaja e participe da transformação da realidade. O desenvolvimento desta proposta contou com vários momentos de encontro entre todos os segmentos da comunidade escolar, muito estudo, discussão, trocas, escuta e participação.

O principal objetivo foi fazer valer o direito à educação de qualidade para todos os alunos inseridos na escola, independente de suas limitações ou necessidades. A seguir, apresento o referencial teórico, a metodologia, as ações analisadas e as considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção serão apresentados os referenciais teóricos que fundamentam o foco do trabalho de conclusão cujo desdobramento é descrito no presente relatório analítico, qual seja, a inclusão escolar de pessoas com deficiência, tendo como base os referenciais que constituem a base legal e teórica para as análises e foram selecionados a partir de uma concepção de gestão escolar democrática, por ser esta a linha orientadora do Curso.

Na posição de encontrar parâmetros para estabelecer uma maior compreensão sobre a importância da inclusão de alunos com deficiências na escola regular, entende-se que esta, tem em seu ambiente a tarefa de formar seres humanos com consciência de seus direitos e deveres, e também capazes de saber conviver com pessoas, ideias, crenças, enfim, com tudo que for adverso as suas concepções sem deixar de representar sua identidade, mas valorizando o diferente.

Segundo Freire (2000), a escola deve ser um espaço democrático, acolhedor e que se enriquece com as trocas de experiências que, por serem individuais promovem diferentes visões de mundo.

Sendo a instituição escola um ambiente que reflete intensas e constantes transformações da sociedade, faz-se necessário repensar a prática exercida no seu interior e a proposta de ensino que esta oferta aos seus alunos. Assim deve ser proposta permanente discussão entre todos os segmentos da comunidade escolar para a construção de uma educação de qualidade que atenda às necessidades de seu público. Segundo Veiga o PPP deve ser visto como uma proposta de garantir essa discussão e reflexão sobre os assuntos que fazem parte do cotidiano escolar, tendo como objetivo a superação das relações discriminatórias, promovendo democracia e o direito de expressão, tornando o espaço escolar um ambiente mais humano.

Segundo Cury, a educação é considerada um direito do cidadão, portanto, um dever do Estado. Nesse sentido a escola é um bem público, pois é nesse espaço que se constrói a cidadania que é o princípio fundamental da educação.

A escola é um bem público por implicar a cidadania e seu exercício consciente, qualificar para o mundo do trabalho, promover a autonomia, garantir o saber e assegurar a herança cultural. Com o acesso à escola o sujeito torna-se capaz de se

apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais têm maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação.

Sendo um bem público, a escola deve partir do pressuposto da igualdade priorizando a diminuição das discriminações. Portanto, tem que agregar todas as classes sociais e os indivíduos que as representem e as expressem.

A escola promove a busca pela competência, pelo fazer diferente, pelo fazer com o outro, enfim, pelo fazer e ser melhor. É o lugar apropriado para romper fronteiras, é onde há permissão para o erro humano e, é na escola que se aprende a aprender.

Para que esse espaço – a escola se revele um bem público de fato, além do dever do Estado em manter esta instituição viva e em condições de atender às necessidades da sociedade, é necessário que tenha um gestor que a conduza com base em um projeto pedagógico que esteja ancorado na gestão democrática, e que a sociedade se aproprie desse bem fazendo valer sua existência através da participação ativa, exercendo assim além do direito de usufruir desse espaço, o dever de torná-lo um bem público de fato e, ainda mais, torná-lo um lugar de transformação na busca de oportunidades para a construção de um mundo melhor, mais justo, seguro, igualitário e, acima de tudo, mais solidário e humanizado.

Esta escola propõe mudanças na sua organização pedagógica, de modo a reconhecer e valorizar as diferenças, sem discriminar os alunos nem segregá-los. Desta forma estaremos embasados na nos artigos 205 e 206 da Constituição Federal:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, artigo 55, determina que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na escola regular.

A Declaração de Salamanca (1994) que foi o documento resultante da Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais, organizada e promovida pela UNESCO, proclama que as escolas regulares constituem meios eficazes que combatam a discriminação e que alunos portadores de deficiências devem ter acesso à escola regular, tendo como princípio orientador que “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentes de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras (BRASIL, 2006, p.330).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/-1996) deixa claro que a educação especial é uma modalidade e como tal deve perpassar o ensino comum em todos os seus níveis da escola básica ao ensino superior. Para isso são necessárias parcerias que contribuam com a permanência de pessoas com deficiências

nas escolas. Nesse sentido a escola deverá buscar suporte e apoio em todos os setores que estiverem disponíveis e, caso não encontre o recursos adequados, deverá ser porta-voz desses alunos junto às autoridades competentes e também informando às famílias ou a quem interessar os direitos assegurados pelo artigo 208 da Constituição Federal:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996) II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996) III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. § 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. § 2º - O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente. § 3º - Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola. (BRASIL, 1988).

Muito mais que um direito de frequentar a escola, os alunos com deficiência têm o direito de serem educados, cuidados e tendo suas necessidades compreendidas e atendidas pela escola através de um planejamento curricular articulado com os diferentes saberes, experiências e conhecimentos significativos que envolvam os educandos, possibilitando e promovendo o desenvolvimento integral destes.

Tendo em vista o desenvolvimento integral de todos os educandos, a escola promoverá contato com profissionais que atendam aos alunos com deficiências para a elaboração de um currículo que seja adaptado para suas necessidades e potencialidades, será pensada uma avaliação justa e emancipatória para cada aluno, respeitando suas individualidades e capaz de apontar seus avanços. Também será de obrigação da escola estar empenhada na organização de formações continuadas que envolvam o tema **inclusão** entre outros para o grupo docente, buscar encaminhamentos especializados para os alunos oferecidos pelo poder público, solicitar recursos para melhor atender tanto aos alunos de inclusão quanto aos professores que lhes atendam, enfim procurar fazer da escola um espaço democrático, acessível e principalmente agradável de estar. Desta forma promoveremos a 'Escola dos Sonhos' e também atenderemos o que é previsto na RESOLUÇÃO nº4/2009, do Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica – CNE/CEB:

Art. 1º Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços,

recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. Parágrafo único. Para fins destas Diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços. Art. 3º A Educação Especial se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, tendo o AEE como parte integrante do processo educacional. Art. 4º Para fins destas Diretrizes, considera-se público-alvo do AEE: I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial. II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação. III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.(CNE, 2009)

Cabe ao gestor e a sua equipe cobrar dos sistemas de ensino as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem de todos os alunos. A acessibilidade deve ser assegurada com a eliminação de toda e qualquer barreira, seja ela arquitetônica, de locomoção, de comunicação ou de informações, bem como a devida aplicação dos recursos repassados para este fim.

Nesse sentido, busca-se com esse trabalho a prática de um modelo de educação popular definido por Paulo Freire em suas obras, que propõe uma educação ancorada no diálogo, no prazer de aprender, nas diferentes leituras de mundo de cada sujeito e na coletividade.

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os e todos com o professor ou professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque é capaz de amar. (FREIRE, 1996, p. 46).

Ao concebermos o espaço escolar como um lugar de construção de saberes, também devemos perceber a escola como lugar de transformação, trocas, resolução de conflitos, e, principalmente um lugar onde se goste de estar.

Assim, esta escola promove a potencialização da aprendizagem a partir da valorização do ser humano, levando em consideração que cada indivíduo é único, capaz de aprender e ensinar.

Segundo Mantoan (2006), “a escola tem que ser o reflexo da vida do lado de fora”, pois diz que quanto mais cedo a criança vivencia a diferença, menor é a dificuldade de vencer o preconceito.

Nesse sentido, a educação inclusiva deve acolher **todas** as pessoas sem exceção. Mas para que isso aconteça é necessário que a escola valorize o sujeito como um todo, levando em consideração sua cultura, suas experiências anteriores, que promova

espaços onde seus alunos possam expressar suas aprendizagens e tenham liberdade para aprenderem do seu jeito, conforme suas condições.

Dessa forma, de acordo com Carvalho (2006), “a inclusão significa que não é o aluno que se molda ou se adapta a escola, mas a escola consciente de sua função coloca-se a disposição do aluno”.

Seguindo o pensamento de que a escola inclusiva deve atender a todos se distinção, isso significa respeitar as necessidades de qualquer aluno, integrá-lo na turma e nos diferentes espaços da escola para garantir sua aprendizagem, e desmistificar o rótulo de “defeito” para as diferenças individuais.

Sabemos que do ponto de vista legal, a educação inclusiva está apontada e garantida em diversos documentos de âmbito Nacional e até através de Convenções Internacionais. Porém o processo apresentado no interior das escolas não é tão rigoroso e acolhedor quando se trata desse assunto. Embora exista interesse e boa vontade por parte das escolas regulares em incluir portadores de deficiência em seu espaço, isso não acontece apenas com aceitação do diferente, mas com o fazer diferente.

É fundamental que se abra espaço para a desconstrução de um trabalho que ofereça um currículo fechado, que valoriza resultados que devam atingir metas pré estabelecidas e, se reconstrua um trabalho pautado no compromisso de garantir os direitos humanos, o direito à educação, e principalmente, uma concepção baseada num planejamento flexível.

Nesse sentido, uma proposta de educação inclusiva prevê além do espaço físico acessível, que os conteúdos e objetivos planejados sejam abordados através de atividades diversificadas que possibilitem a aprendizagem nos diferentes níveis de compreensão.

Nessa perspectiva de uma escola inclusiva, a avaliação não deve ser vista apenas como um resultado final que seleciona e classifica os alunos em bons ou ruins, mas como um instrumento que possibilita valorizar cada aluno conforme suas potencialidades, respeitando as limitações individuais.

Também é necessário a valorização dos profissionais da educação e o investimento em formação continuada para o grupo discente para que o professor se sinta seguro no trabalho que precisa desenvolver, acolhendo melhor o diferente em sua sala de aula.

Ainda é importante que a equipe gestora, junto com o Conselho Escolar, busque parcerias para a promoção da inclusão no interior da escola, contribuindo com democratização da gestão escolar através da construção de espaços para a participação de todos na construção de um currículo inclusivo. Pois a educação inclusiva não se trata apenas de uma proposta de acolhimento aos alunos portadores de deficiência, mas uma proposta de educação de qualidade para todos os alunos.

Portanto, inclusão é um trabalho para todos e de todos. A escola inclusiva depende do comprometimento de seus gestores, de seus professores, de seus

funcionários, de seus alunos, dos pais de seus alunos, e de toda a comunidade onde a escola está inserida. Afinal, além de entender, de aceitar a inclusão é necessário praticar a inclusão. E, isso é feito dentro e além dos muros da escola.

METODOLOGIA

Nesta seção, serão apresentados os referenciais metodológicos utilizados no Projeto de Intervenção – PI, que resultou neste TCC. O estudo decorre de uma pesquisa-ação desenvolvida na escola em que atuo, através do desenvolvimento do PI, onde as análises já apresentadas no Relatório da pesquisa inicial serão agora retomadas e aprofundadas.

De acordo com Thiollent (2005, p.16):

Pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

A metodologia utilizada nesse trabalho é Pesquisa ação e foi escolhida por oferecer a oportunidade de requerer ação tanto na área da prática quanto da pesquisa, assim o sujeito de estudo também se torna participante ativo deste processo. Nesse sentido busquei envolver representantes de todos os segmentos da escola que estejam dispostos a discutir o tema inclusão escolar e realizei observações, entrevistas, questionários e reuniões com grupos focais (equipe diretiva, Conselho Escolar, professores, funcionários, pais e alunos).

O trabalho iniciou a partir do diagnóstico que apresenta a dificuldade de inserir na escola regular, alunos com deficiências e que foi apontado através das observações nas falas dos professores durante reuniões pedagógicas semanais e também nas atividades cotidianas realizadas nos diferentes espaços da escola.

Também tive como parâmetro o marco situacional que, através de pesquisa em documentos (fichas de matrículas de alunos) que mostram claramente o acréscimo de, pelo menos, três alunos com deficiência a cada ano no período dos cinco últimos anos.

Segundo as ideias de diversos autores (Kemmis e McTaggart, 1982; Dick, 1997 e 1998; Arellano, (s.d); O'Brien, 1998),

A pesquisa ação procura a mudança, mas, uma mudança para melhorar. Assim, os seus principais objetivos são: 1. Melhorar: a prática dos participantes; a sua compreensão dessa prática; e a situação onde se produz a prática. 2. Envolver: assegurar a participação dos integrantes do processo. Assegurar a organização democrática da ação. Propiciar compromisso dos participantes com a mudança. (TRIPP, 2005)

Sendo assim, após várias reuniões com a equipe diretiva, reconhecendo o contexto e a realidade do trabalho realizado pela escola e, o quanto precisa ser qualificado em relação à inclusão, buscamos estratégias para envolver a participação de todos os segmentos da escola nesse processo.

Sabendo que a pesquisa ação visa produzir mudanças e pensar sobre essas mudanças e que promove a participação de membro integrante da pesquisa, escolhi este referencial metodológico para nortear o trabalho e, também por acreditar que seja a mais adequada porque tem como objetivo melhorar a prática.

Aproveitando a ideia de Roberto Jarry Richardson no texto: Como fazer pesquisa ação? o ponto de partida aconteceu a partir do questionamento ' O que é pode ser feito para melhorar o trabalho de inclusão em nossa escola?'

Para Kemmis e McTaggart (1988), fazer pesquisa ação significa planejar, observar, agir e refletir de maneira mais consciente, mais sistemática e mais rigorosa o que fazemos na nossa experiência diária. Em geral, duas ideias definem um bom trabalho de pesquisa: - que se possa reivindicar que a metodologia utilizada está adequada à situação, e - que se possa garantir de certa forma um acréscimo no conhecimento que existe sobre o assunto tratado. Seguindo esse pensamento, conforme etapas da pesquisa ação, utilizei os seguintes elementos para a elaboração desse projeto de intervenção: diálogo com stakeholders, observação da dinâmica escolar em diferentes setores da escola, coleta de dados, reuniões, participação coletiva, registro das informações, discussão dos resultados obtidos, estudo sobre inclusão, divulgação da proposta de trabalho a ser desenvolvida pela escola. (RICHARDSON, 2014)

Sabendo que o objetivo da pesquisa ação é promover a superação dos desafios encontrados através da participação de toda comunidade envolvida e que é importante a avaliação dos resultados obtidos, promovemos durante a realização desse trabalho vários momentos de reflexão e retomada dos efeitos alcançados.

As metas indicadas foram avaliadas através de relatos em reuniões pedagógicas, discussões realizadas em reuniões da equipe diretiva com os membros do Conselho Escolar, observações nas relações entre os alunos nos diferentes espaços da escola e também propomos uma avaliação anual do PPP da escola ou antes caso se julgue necessário, realizado com acompanhamento da equipe diretiva, do Conselho Escolar e sendo oportunizado a participação de representantes de todos os segmentos escolares.

AÇÕES ANALISADAS

Após sonhar, teorizar e analisar as ações do PI proposto, percebi que o trabalho foi denso, intenso e marcante.

Conforme Celso Vasconcelos (2004), sabemos que a coordenação do trabalho pedagógico não se restringe ao grupo de gestores da escola, mas a todos os sujeitos envolvidos no cotidiano escolar. Portanto não foi fácil envolver, aproximar, compartilhar tantas ideias, olhares e concepções de escola na busca de um mesmo objetivo, que era buscar alternativas para colaborar com o avanço da prática da igualdade, da solidariedade e da garantia ao direito à educação.

Na perspectiva de uma gestão democrática e libertadora foram oferecidos espaços para que os membros da comunidade escolar se apropriassem do ambiente da escola e colocassem seus anseios e desejos através da participação. Essa prática foi ganhando força com o aumento do número dos participantes a cada reunião marcada.

Começamos esse movimento com formações de professores durante as reuniões pedagógicas semanais, onde discutimos temas relacionados com a inclusão dos alunos deficientes na nossa escola. Para isso realizamos o estudo de textos e contamos com a presença de especialistas que atendem nossos alunos no Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado Rubem Alves (CEMAEE) que respondiam as dúvidas do grupo docente quanto ao trabalho com alunos autistas, Down, disléxicos, com retardo mental, hiperatividade, altas habilidades, paralisia cerebral, surdez entre outros. Também foram realizados encontros entre os especialistas que atendem os alunos de inclusão, os professores da turma desses alunos, a orientadora e a coordenadora pedagógica para discussão e a elaboração do currículo de cada um dos alunos que necessitam de adaptações. Além disso, tivemos o assessoramento da SMED quanto às exigências legais da efetivação dos currículos adaptados na rede de ensino.

A comunidade teve oportunidade de discutir sobre a presença de alunos com deficiência na rede pública regular. Pudemos ouvir os pais dos alunos com e sem deficiências e seus filhos também, bem como os profissionais da escola que atuam com essa diversidade. Essa experiência foi muito valiosa, pois além de ser esclarecida a questão legal do direito à educação, tivemos os relatos dos diferentes lados do aspecto da inclusão escolar.

Proporcionamos palestra com uma psicopedagoga que abordou a importância da convivência entre alunos com e sem deficiência e também o papel dos pais na internalização de limites na educação de seus filhos.

Sempre tivemos a aceitação dos alunos (com e sem deficiência), pois estes não discriminam, aceitam as diferenças e demonstram solidariedade nas relações. Os pais e os professores são os que rejeitavam a ideia do sucesso da aprendizagem entre pares diferentes.

As reuniões promovidas além de sensibilizarem os pais, fizeram com que as famílias se aproximassem e assim surgiu o movimento da “escola de pais” que está sendo organizada pela equipe diretiva e uma comissão de pais e terá início no mês de agosto, após o recesso escolar. E, já temos assuntos sugeridos: limites, violência, drogadição, entre outros.

Isso nos remete ao pensamento de Miguel G. Arroyo quando diz:

Chegamos a um ponto central que nem sempre é visto por olhares distantes e externos: a escola é antes de tudo um tempo-espço de encontros de gerações, de pessoas em tempos diversos de socialização, interação, formação e aprendizagens das artes de ser humanos(2013, p.231)

No entanto, o trabalho mais árduo foi com o grupo docente que demonstrou muita resistência em acolher o diferente nas salas de aula. As professoras argumentam que não estão preparadas, pois o currículo acadêmico não ensina como ensinar os alunos deficientes. Por isso, a postura do grupo em algumas formações foi de indiferença e, às vezes até de deboche, porém, alguns conseguiram mostrar maior receptividade quando discutimos que é possível e além disso é direito do aluno garantido por lei (Art. 208 da Constituição Federal, ECA, Resolução 4 AEE 2009). Isso desagradou um grupo mais resistente, mas também provocou uma desacomodação na prática do “eterno lamento”.

Com o trabalho na busca da aceitação à diversidade e do direito à educação, muitos alunos matriculados e que não tinham diagnóstico, foram encaminhados e os pais entenderam o valor de um currículo adaptado amparado por uma avaliação diferenciada de acordo com as necessidades de cada aluno, em vez de uma reprovação arbitrária e desnecessária. Assim, os pais buscaram junto aos profissionais da área da saúde o diagnóstico para que seus filhos tivessem seus direitos garantidos sem ter a preocupação de perder a vaga na escola regular.

Hoje o número de alunos diagnosticados como deficientes aumentou de 22 para 40 e isso nos auxiliou na busca de mais estagiários de inclusão, que eram 4 e agora

temos 7. Também garantimos a parceria com uma escola próxima que começou atender nossos alunos na Sala de Recursos que dispõe vagas para atendimentos com fonoaudióloga, psicopedagoga e psicóloga. O acolhimento dos alunos desta escola no CEMAEE é assegurado e o vínculo se fortalece na medida que escola, família e poder público promovem a permanência dos mesmos na escola através do auxílio (social, emocional e moral) efetivo.

Assim, de acordo com Elvira de Souza Lima (2002) “o processo de escolarização (independente de ser sucesso ou fracasso) transforma as experiências vividas na comunidade, no local de trabalho, na família, etc. E, tendo como base que toda criança pode aprender, mas não em qualquer situação, buscaremos a contínua formação e sensibilização dos profissionais da escola para que estes acreditem e promovam a uma educação humanizadora, enxergando o potencial de cada sujeito, assim desconstruindo a visão de alunos idealizados e apostando na possibilidade do trabalho com alunos reais que têm potencialidades, limitações, sentimentos e expectativas de vida.

No TCC ora descrito e analisado o objetivo de trabalhar com o foco da inclusão escolar, segundo Candau (2003), promoveu o empoderamento individual e coletivo do espaço escolar, especialmente pelos grupos sociais desfavorecidos e discriminados.

Nesta perspectiva, a escola acolheu, dando voz e vez àqueles que eram submetidos ou silenciados por uma maioria que impôs um poder desigual. Acredito que foi provocado na escola um movimento de pensar no outro com empatia, com solidariedade e amorosidade, aspectos que são necessários para uma educação libertadora, apontada por Paulo Freire e tão esquecida no interior de muitas instituições.

Após a coleta de dados obtidos através de todas as discussões, os principais problemas apontados nesta escola que dificultam a inclusão de alunos portadores de deficiência foram:

Inadequação do espaço físico; a escola possui apenas duas salas de aula no 1º piso e uma é destinada à educação infantil, o pátio é pequeno e inviabiliza o contato de todos os alunos no recreio que é dividido em dois horários, a rampa de acesso toma grande parte do pátio e não é coberta.

Resistência na aceitação dos pais de alunos sem deficiência; esses dizem que a inclusão “atrasa” o aprendizado dos alunos ditos “normais” porque a professora precisa dar mais atenção aos alunos e não desenvolve todos os conteúdos.

O número de estagiárias de inclusão liberado pela SMED é insuficiente para atender todos os alunos de inclusão da escola, assim temos que selecionar por nível de maior dependência dos alunos para destinar o acompanhamento.

A verba destinada a acessibilidade (\$ 10.000) está depositada na conta da escola mas ainda não foi liberada para o uso pela SMED, pois o plano de aplicação ainda está sendo analisado desde 2014.

Não temos uma sala de recursos multifuncional, apesar do número de alunos diagnosticados (40).

A maioria das professoras se dizem despreparadas para atenderem alunos com deficiência ou pensam que isso não é tarefa da escola regular.

Necessitamos do serviço do SOE no turno da manhã, pois só temos uma orientadora que atua no turno da tarde.

Sendo assim, essas serão as demandas para o trabalho nesta escola a fim de garantir o que é previsto em lei e, principalmente no direito a humanização das relações entre os semelhantes apesar de suas diferenças.

Sabemos que muito ainda deve ser feito, mas o espaço escolar desta escola já é visto como um espaço de possibilidades e de movimento, não como um espaço estático onde o enredo é sempre o mesmo, só os expectadores mudam. Hoje todos podem ser autores e assumem suas autorias através da participação e da cooperação. Então a escola é um espetáculo que se renova a cada ano letivo, seguindo o roteiro criado coletivamente, e que todos são aplaudidos independente da grandeza de seus feitos, mas pelo significado desses. E, como um pai de aluno verbalizou a respeito de uma atividade da escola: “A grandeza da escola não está no tamanho da sua área física, mas na participação de sua comunidade”. Com esta fala finalizo meu relato avaliando o processo e aplicação deste TCC como positivo e pertinente para o momento vivido nesta escola e no mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalto duas mudanças bem marcantes que se desencadearam no decorrer do Trabalho de Conclusão, uma delas é a postura das professoras que antes reclamavam de quase tudo pelo hábito de reclamar, pois muitas vezes eram solicitações inadequadas e infundadas, agora se organizam, embasam suas solicitações e ainda apresentam soluções e sugestões para melhorias. Alguns professores ingressaram na escola no início deste ano letivo e, devido ao amparo dado pela equipe diretiva e por professoras engajadas no PPP desta instituição, acolheram a proposta do trabalho de inclusão e acrescentaram com relatos de suas vivências em outras realidades onde o aluno deficiente tem direito à vaga, mas não lhe é oferecido condições de permanência na escola e nem há preocupação com a qualidade da educação que lhe é ofertada. Essa nova realidade desestabilizou o grupo mais resistente, provocando o pensamento de que é possível fazer bem quando há disponibilidade e acredita-se que podemos fazer melhor, não só aquilo que achamos que deve ser feito, mas o que realmente esperam que façamos.

Na medida que trabalhamos com uma realidade desconhecida, temos que ouvir, observar, entender e acreditar em nossos alunos, pois são eles o motivo da existência da nossa profissão: professor(a). E num momento onde a informação está ao acesso das novas gerações, temos o compromisso de ajudar na escolha do bom uso desse instrumento e da promoção da troca das informações adquiridas através das relações no espaço escolar. Acredito que assim a escola preservará a mais importante de suas funções: a humanização do conhecimento.

Outra mudança foi na participação dos alunos deficientes nas atividades da escola (mostra científica, apresentações de trabalhos em gincanas, apresentações em festividades, saídas de campo, etc) pois não havia interesse por parte dos pais que seus filhos fossem “expostos” nestes eventos já que não faziam “direito” ou igual aos demais alunos e hoje temos quase que todos participando e seus pais prestigiando as atividades. Penso que esta conquista foi um esforço de uma minoria que se empoderou de um espaço, no caso o espaço da escola, e não se contenta mais em só ocupá-lo, mas permite-se usufruí-lo em todos os seus aspectos. Sei que isso teria que acontecer, em algum momento, mas fico satisfeita e orgulhosa de ter provocado essa mudança a partir das discussões para a implementação desse TCC.

Vivenciei estas mudanças, que considero significativas para a efetivação de uma gestão democrática, em um curto espaço de tempo. Nesse sentido, sinto uma mistura de alegria e medo, pois esse trabalho me fez perceber que com planejamento e convicção podemos melhorar as condições e concepções de aprendizagem na escola, mas muito ainda tem que ser feito pela educação. Então, percebo que onde um objetivo é atingido, outro surge para que possamos dar continuidade e sentido ao nosso trabalho de gestores escolares.

Este TCC me despertou a vontade de aprender mais sobre o direito à educação, sobre benefícios que não são divulgados a população que realmente necessita, me fez refletir sobre o papel da escola na construção da cidadania e na construção de uma sociedade mais solidária e justa.

Sendo assim, o que nos resta analisar o significado que damos ao nosso trabalho, nos perguntando: O que é ser normal? O que faz mais sentido na educação, ser igual ou ter igualdade?

REFERÊNCIAS

ALVES, Evandro; SILVA, Maria Beatriz Gomes da. Sala-ambiente “Projeto Vivencial” como estratégia teórico-metodológica para a formação de gestores escolares. In: SILVA, Maria Beatriz Gomes da; FLORES, Maria Luiza Rodrigues (Orgs.). **Formação a distância para gestores da Educação Básica: olhares sobre uma experiência no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

ARANTES, Valéria Amorim (org.). **Inclusão Escolar**. São Paulo, Summus Editora, 2006.

ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre Imagens e Autoimagens**. Rio de Janeiro, 15ª edição, Editora Vozes, 2013.

BRASIL, Secretaria de Educação de Educação Especial. **Orientação e mobilidade: Conhecimentos básicos para inclusão**. Secretaria da educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

CANDAU, Vera Maria e Susana Sacavino (org.) **Educar em direitos humanos: construir democracia**. Rio de Janeiro, 3ª edição, Editora DP&A. 2003.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. 4ª edição, Porto Alegre, Editora Meditação, 2006.

www.ceed.rs.gov.br/ Acesso em 25/02/2015.

www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em outubro/2014

COSTA, Marisa Vorraber (org.), Antonio Flávio Moreira, Dagmar Estermann Meyer, Guacira Lopes Louro, Alfredo Veiga-Neto, Rosa Hessel Silveira, Maria Lúcia Wortmann, Ireno Antonio Berticelli. **O Currículo nos Linceares do Contemporâneo**. Rio de Janeiro, 3ª edição, Editora DP&A. 2001.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da Pesquisa-Ação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.

FREIRE, Paulo e Guimarães Sérgio, **Aprendendo com a própria história II**. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2000.

GADOTTI, Moacir e José E. Romão (org.). **Autonomia da Escola Princípios e Propostas**, São Paulo, 4ª edição, Editora Cortez. 2001.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato.2011-2014/2013/lei/l12796.htm, acesso em 20/02/2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** Summus Editorial. São Paulo, 2015.

LIMA, Elvira Souza. **Desenvolvimento e Aprendizagem na Escola**. São Paulo, Editora GEDH, 2002.

portal.mec.gov.br/par/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12888-parecer-e-resolucao-normativos-sobre-educacao-especial. Acesso 20/02/2015.

PARO, Vitor Henrique. **Crítica da estrutura da escola**. São Paulo, Editora Cortez, 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Como fazer pesquisa-ação?** Disponível em: <http://www.ic.ufmt.br:8080/c/document_library/get_file?p_l_id=12683 **HYPERLINK** > Acesso em 04 de novembro de 2014.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. (Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira).

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo : Cortez.2005.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico**. São Paulo, Editora Libertad, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Um campo de atuação do gestor educacional na escola**.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A escola em debate: gestão, projeto político-pedagógico e avaliação. Retratos da Escola**. Brasília: CNTE, v. 7, n. 12, p. 159-166, jan./jun. 2013.